



CRISE GLOBAL DOS ALIMENTOS E A QUESTÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

Iziane Bione Pinheiro¹
iziane@msn.com

Joyce Helena Ferreira da Silva²
joyce.hfs87@gmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta os principais fatores que conduziram à crise global dos alimentos de 2007-2008 e traz como exemplo algumas ações da FAO (Food and Agriculture Organization - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), em parceria com os programas brasileiros, na tentativa de combater a fome no país. Através do método indutivo e da pesquisa descritiva, busca compreender as consequências da referida crise no âmbito internacional e seu impacto nas populações dos países menos desenvolvidos. Tem como objetivo servir de alerta sobre a questão da insegurança alimentar. Neste sentido, o presente esforço se concentra na tentativa de lançar luz sobre a questão central da segurança alimentar, tendo como foco o papel dos países subdesenvolvidos no processo.

Palavras-chave: Crise dos alimentos; Globalização; Insegurança alimentar; Fome; FAO.

ABSTRACT

This paper presents the main factors that culminated in the global food crisis of 2007-2008 and exemplifies the actions of the United Nations Food and Agriculture Organization (FAO) in partnership with Brazilian programs in an attempt to combat hunger in the country. Through the inductive method and the descriptive research, it seeks to understand the consequences of this crisis at the international level and its impact on the populations of the least developed countries. It aims to serve as a warning on the issue of food insecurity.

Keywords: Food crisis. Globalization. Food insecurity. Hunger. FAO.

INTRODUÇÃO

Nas décadas que sucederam a Segunda Grande Guerra, na segunda metade do século XX, a economia mundial cresceu em um ritmo sem precedentes. As novas tecnologias, o avanço dos meios de comunicação em massa e as inovações nos meios de transporte, como o navio a vapor e as ferrovias, resultaram em enorme expansão do comércio internacional. Tamanha onda de globalização – que pode ser entendida como

¹ Bacharela em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Estácio do Recife.

² Doutora em Ciência Política e Professora do Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Estácio do Recife.



um processo de transformação das categorias espaço-tempo, ou seja, um processo de encurtamento das distâncias entre os países pelo desenvolvimento e avanço dos sistemas de comunicação por satélite, avanço de tecnologias, dos meios de transporte e telefonia –, fez com que a economia dos países desenvolvidos crescesse a ponto de melhorar a qualidade e o padrão de vida de seus habitantes. Mas o referido crescimento econômico também gera consequências e, em alguns casos, negativas.

Segundo Muhammad Yunus (2008, p. 211), os recursos não-renováveis estão se esgotando rapidamente, enquanto a demanda por eles continua a crescer. Combustíveis fósseis, como o petróleo, o carvão mineral e o gás natural são os principais exemplos, mas os metais e minerais industriais, a madeira, os peixes, a água potável e muitas outras mercadorias essenciais também estão se tornando cada vez mais escassos. Assim, é possível perceber que há uma nociva relação entre o meio ambiente e o crescimento econômico. Ou seja, quanto mais desenvolvida a economia mundial, maior a ameaça ao planeta Terra – e, a longo prazo, à sobrevivência da nossa espécie.

Todos os dias, milhões de pessoas em todo o mundo sofrem com a miséria e suas consequências. De acordo com Sachs (2005, p. 46), a pobreza extrema ou miséria significa que as pessoas não podem satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência. Elas sofrem de fome crônica, não têm acesso à saúde, não dispõem de água potável e esgoto, não podem oferecer educação para alguns ou todos os filhos e talvez não tenham um abrigo rudimentar – um teto para proteger da chuva, por exemplo – e artigos básicos do vestuário, como sapatos.

O Banco Mundial, em seu Relatório de Desenvolvimento Mundial de 1990, estabeleceu que a linha de pobreza mundial é de menos de 1 dólar por dia. A população que vive abaixo da linha de pobreza não tem acesso a alimentos básicos suficientes para garantir uma vida ativa e saudável. A pobreza é a principal raiz do problema de acessibilidade a alimentos no mundo. Se as pessoas não têm acesso aos alimentos, elas estão numa situação de insegurança alimentar. As pessoas são pobres demais para comprar os alimentos que necessitam, estão nesta condição porque não têm renda suficiente para exercer uma demanda no mercado. Mahatma Gandhi dizia que “a pobreza é um insulto, ela fede. Ela avilta, desumaniza, destrói o corpo e a mente [...] quando não a alma. Ela é a forma de violência mais mortífera” (GANHDI apud MADELEY, 2003, p. 47-48).

“A falta de alimento é a exclusão definitiva. Pessoas que não têm alimento estão excluídas do que o resto da sociedade faz habitualmente: comer” (MADELEY, 2003, p. 43). A fome é um problema bastante antigo que atinge milhões de pessoas em todo o mundo. O relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, chamado “O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2018” revela que, em 2017, uma em cada nove pessoas no planeta foi vítima da fome e cerca de 821 milhões de pessoas no mundo passam fome todos os dias (FAO, 2018, p. 5). Dentre estas, sua maioria encontra-se nos países em desenvolvimento.

Entre os anos de 2007 e 2008, o mundo presenciou a chamada “crise global dos alimentos”: uma alta nos preços dos alimentos considerados básicos, como os cereais, trigo, milho e arroz. Tal aumento levou uma série de países a considerarem possíveis



restrições ao consumo, ao subsídio e à exportação de determinados bens com o intuito de solucionar o problema da subida dos preços.

A referida crise pode ser entendida como um fenômeno que está relacionado à falta de alguns produtos agropecuários e minerais considerados como fundamentais para a alimentação da população mundial. Suas reais causas ainda são desconhecidas ou pouco compreendidas.

Diante deste quadro introdutório, este trabalho apresenta os principais fatores que podem ter dado origem à crise mundial dos alimentos de 2007-2008 e suas consequências para a população mundial, principalmente a dos países subdesenvolvidos, que vivem em condições de extrema pobreza. Com efeito, será feita análise sobre como a crise dos alimentos favorece para o cenário de insegurança alimentar no mundo.

Assim, o problema que levou à elaboração desse artigo pode ser definido nas seguintes questões fundamentais: (i) a exemplo do cenário brasileiro, o que os organismos internacionais, principalmente os órgãos financeiros internacionais, têm feito para amenizar a condição centenas de milhões de pessoas que sofrem com a fome (FAO, 2018, p. 5) a fim de garantir a segurança alimentar? (ii) Será que a própria população pode contribuir com os governos para amenizar essa condição?

A crise mundial dos alimentos já é uma realidade reconhecida por todos os governos e organismos internacionais. A referida crise trata-se de uma ameaça à humanidade, já que a fome, decorrente da escassez de alimentos, atinge cerca de 821 milhões de pessoas em todo o mundo, segundo relatório anual das Organizações das Nações Unidas (FAO, 2018, p. 5).

Diversos fatores concorrem para essa situação alarmante, entre eles fatores políticos, econômicos e ambientais. Com o estudo da crise mundial dos alimentos de 2007-2008, o referido trabalho justifica-se pelo fato de ser possível apresentar tais fatores que culminaram para a crise, destacar a importância de alertar a sociedade para a situação de insegurança alimentar em que vivem hoje, principalmente, as populações dos países subdesenvolvidos e trazer exemplos de ações bem-sucedidas de organismos internacionais dentro da realidade brasileira, como exemplo.

Diante do cenário cada vez mais notório das condições miseráveis em que se encontra a maioria da população do mundo subdesenvolvido, torna-se impossível não se indignar com a falta de atitudes, planos e projetos eficazes dos órgãos financeiros internacionais e dos países ricos, principalmente, para amenizar a situação dessas pessoas que padecem de fome todos os dias. Para se ter uma noção da dimensão do tema aqui proposto, na África, uma criança morre a cada dez segundos em consequência da pobreza extrema (SACHS, 2005, p. 35).

No referido artigo, objetiva-se apresentar os principais fatores que culminaram a crise mundial dos alimentos de 2007-2008 e seu impacto nos países subdesenvolvidos, cuja maioria da população vive em condições miseráveis e de extrema pobreza. Além de servir como alerta sobre a questão da segurança alimentar no Brasil e apresentar alguns programas do governo brasileiro que servem como exemplo para promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, que pode ser entendida como uma



estratégia para combater a miséria e amenizar o sofrimento da população que sofre com a fome.

Metodologia

No trabalho desenvolvido foi adotada a pesquisa exploratória, quanto a sua abordagem. “Pesquisa exploratória é quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 51-52).

Para Maria Margarida de Andrade (1999, p. 17), a pesquisa exploratória tem como finalidades “proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar; facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto” A pesquisa exploratória procura explorar um problema, de modo a fornecer informações para uma investigação mais precisa. Visa uma maior proximidade com o tema, que pode ser construído com base em hipóteses ou intuições.

No trabalho foram analisados dados secundários, coletados de outras fontes bibliográficas, outros textos e, a partir desta análise, chegou-se a uma possível conclusão acerca do tema.

O método escolhido para o desenvolvimento do tema em questão foi o método indutivo. Segundo Descartes, existem, na realidade, “apenas dois caminhos para se chegar à verdade: a intuição e a dedução. A intuição é um ato do entendimento e a dedução, uma nova intuição, a partir de duas intuições anteriores” (DESCARTES apud ANDRADE, 1999). O método indutivo parte de questões particulares para chegar à verdade geral. Desse modo, é permitido coletar essas informações particulares através da pesquisa para se chegar a uma possível conclusão a respeito de determinado tema. Assim, no trabalho que foi desenvolvido, a partir do estudo dos principais fatores que culminaram a crise dos alimentos de 2007-2008 (visão particular), foi possível concluir se, questões de ordem política ou econômica, que aparentemente não apresentam elo algum com o mercado de alimentos, podem interferir em seus preços (visão geral).

O presente tema foi desenvolvido sob pesquisa bibliográfica. A coleta de dados foi feita a partir de fontes secundárias, outros textos, por exemplo. Documentos também foram consultados, logo, a pesquisa se encaixa sob uma pesquisa documental.

1. A Teoria da Dependência como referencial teórico

No campo das Relações Internacionais, observa-se a predominância de teorias que são desenvolvidas no eixo Estados Unidos-Inglaterra. De modo diverso, partindo de uma concepção onde prevalece a observância das características próprias do processo latino americano, surge a Teoria da Dependência que apresenta uma visão terceiro-mundista diante do cenário internacional. A referida teoria surge na década de 1960 para



repensar o modelo cepalino, isto é, desenvolvido pela CEPAL³ (da Organização das Nações Unidas — ONU), e oferecer uma alternativa de interpretação da dinâmica social da América Latina. Essa Teoria foi desenvolvida por intelectuais como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos e é baseada na leitura crítica e marxista de processos de reprodução de subdesenvolvimento observados na chamada periferia do capitalismo mundial (DUARTE, 2014, p. 1), onde temos os países centrais, a exemplo os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, a Austrália, a Nova Zelândia e a maioria dos integrantes da União Europeia, e os países periféricos, onde se destacam os estados da África subsaariana, grande parte dos países latino-americanos e alguns asiáticos, como Iêmen, Bangladesh, Nepal, entre outros.

Fernando Henrique Cardoso foi uma das mais importantes referências da teoria da dependência. Juntamente com Enzo Faletto, sociólogo chileno, publicou a obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, escrita entre 1966 e 1967.

A CEPAL, órgão mantido pela ONU e localizado no Chile, foi um dos grandes centros para desenvolvimento das ideias que dizem respeito à Teoria da Dependência. Segundo Cardoso e Faletto (1979), considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que tem uma dinâmica própria e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja posição, conciliação ou superação confere movimento ao sistema socioeconômico. A estrutura social e política vai se modificando à medida que diferentes classes sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 21).

São características principais da referida teoria, o Estado, que constitui um ator importante, central, mas não único nas Relações Internacionais pois, outros atores são considerados importantes, como OIs (Organismos Internacionais), OINGs (Organizações Internacionais Não Governamentais), sindicatos etc., também há um pessimismo quanto à possibilidade de uma harmonia internacional em face da cooperação assimétrica estabelecida entre os países ricos e pobres em um processo de legitimação do *status quo*, em que o ator ganhador é sempre o país independente e rico.

Economicamente, trocas comerciais desiguais caracterizadas pela divisão internacional do trabalho geram uma relação de dependência entre as economias centrais e periféricas. Politicamente, corresponde à ordem oligárquica nos países subdesenvolvidos. A dominação política no campo internacional dos países desenvolvidos. Social e culturalmente, refere-se à massificação cultural refletida pelas culturas dos países desenvolvidos impostas sobre os países subdesenvolvidos.

Diante desse contexto, pode ser notado que a supracitada teoria surgiu para criar mais espaço para os países subdesenvolvidos dentro do cenário internacional. Outras Teorias das Relações Internacionais somente favorecem ou dizem respeito aos países desenvolvidos e estudam questões relacionadas aos mesmos. Contudo, a Teoria da Dependência estuda questões ligadas aos países subdesenvolvidos.

Ao analisar a Teoria da Dependência sob a perspectiva da crise global dos alimentos e sua repercussão na problemática da pobreza mundial, percebe-se que o Brasil é um país subdesenvolvido e mantém certa relação, seja ela econômica, política

³ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.



ou social, com os países desenvolvidos. Relação esta de dependência, em que os países subdesenvolvidos ainda reproduzem as lógicas, impostas estruturalmente (poder estrutural) ou pela força (poder relacional) (STRANGE, 1994), que favorecem os países desenvolvidos.

No entanto, esses países periféricos, como o Brasil, estão buscando se fortalecer, a partir da sua inserção em atores internacionais, tais como a ONU, a FAO e outros, para lutar por interesses comuns que, no caso do referido trabalho, seria o de amenizar a situação crítica em que se encontra a sua população menos favorecida. Especialmente no início dos anos 2000, com o fortalecimento de potências emergentes, em especial no âmbito dos BRICS, o Brasil buscou, tendo a China à frente do processo, não apenas se inserir, como também reformar muitas instituições internacionais, predominantemente voltadas aos interesses dos países centrais.

2. Falhas de mercado: as externalidades

O sistema capitalista, que rege grande parte dos países na atualidade, desde a sua concepção, que tinha como base a ideia de livre mercado, passou por diversas mudanças, até chegar ao chamado *welfare state*, que se traduz na hipótese de intervenção estatal para a promoção do bem-estar social.

Um dos fatores geradores de tal concepção capitalista reside nas chamadas “falhas de mercado”, que são situações inevitáveis geradas dentro do âmbito econômico de uma sociedade e que demandam por uma atuação estatal para sua correção ou, ao menos, diminuição de seu impacto frente à ordem econômica.

Uma dessas falhas de mercado são as chamadas externalidades que, segundo Gremaud (2007, p. 191), “correspondem ao fato de que a ação de determinados agentes pode ter impactos sobre o resultado almejado por outros agentes, sendo que essa influência não consegue ser corrigida pelo sistema de preços”.

As referidas externalidades podem ser positivas ou negativas, de acordo com o efeito que gera para determinado setor do mercado. Caso traga benefícios a determinado segmento, estará diante de uma externalidade positiva; do contrário, causando impactos negativos em outros nichos de mercado, terá uma externalidade negativa.

À luz do tema em análise, pode ser citada a influência de economias externas na crise global dos alimentos – como a alta do preço do petróleo, que, aparentemente, não se vincula ao mercado alimentício – como sendo um possível fator gerador de uma externalidade negativa para o mercado em questão. Partindo deste pressuposto, os principais fatores que culminaram para crise global dos alimentos de 2007-2008 podem ser entendidos como fatores geradores de externalidades que interferem na alta dos preços dos alimentos.



3. Principais fatores que culminaram para crise

Para explicar a crise dos alimentos de 2007-2008, não é possível eleger um fator específico como “vilão” para crise. Segundo especialistas no assunto, são muitos os fatores que culminaram para crise dos alimentos.

Para uma compreensão da crise, é preciso entender quais são os principais fatores e em que medida eles podem comprometer a segurança alimentar.

De acordo com a FAO, os principais fatores que influenciam a alta dos preços dos alimentos são o aumento da demanda, a alta do petróleo, a especulação no mercado financeiro e condições climáticas desfavoráveis.

3.1 Mais demanda, menos oferta

Com mais gente comprando, vale a lei da oferta e da procura: os produtos se valorizam no mercado e ficam mais caros. De acordo com o relatório “Perspectivas Mundiais de População 2019: Destaques” (ONU, 2019, p. 1), a população mundial deve crescer em 2 bilhões de pessoas nos próximos 30 anos, passando dos atuais 7,7 bilhões de indivíduos para 9,7 bilhões em 2050. Quanto maior a população mundial, maior será a procura por alimentos.

3.2 Petróleo

Com a agricultura totalmente industrializada, os maquinários utilizados para produção de alimentos dependem, em boa medida, do petróleo. Além disso, o uso do petróleo também é exigido na fabricação de outros produtos, como defensivos agrícolas e químicas de preparação da lavoura. O preço do barril de petróleo vendido em Nova York e em Londres tem, sim, relação direta com a escalada do valor dos alimentos, já que a agricultura demanda grandes quantidades do óleo.

O aumento do preço do petróleo também faz com que o preço final dos alimentos fique mais caro.

3.3 Especulação no mercado financeiro

O primeiro semestre de 2008 foi um momento conturbado para a economia financeira global. Com a queda do dólar e a crise no setor imobiliário norte-americano, muitos investidores que ganhavam dinheiro investindo na moeda norte-americana migraram para a aplicação em outras *commodities*, como os produtos agrícolas, que se tornaram uma opção atrativa para a maximização de lucros. Muitos fundos têm usado as bolsas de mercadorias para especular com a antecipação da compra de safras futuras em busca de melhor rentabilidade, o que também contribui para valorizar o preço de *commodities* como o trigo e o arroz.



3.4 Condições climáticas

O clima é outro fator que contribui para a crise dos alimentos. Mudanças climáticas reduzem a quantidade de alimentos produzida no mundo, segundo relatório da ONU (ONU, 2007, p. 93).

As condições climáticas desfavoráveis trazendo enchentes e estiagem, reduzem as colheitas causando insuficiência de produção de alimentos. Em 2005-2007, os eventos climáticos extremos, incluindo secas e inundações afetaram os principais países produtores de cereais (FAO, 2008, p. 10). A produção mundial de cereais caiu 3,6% em 2005 e 6,9% em 2006, antes de se recuperar em 2007. Dois anos consecutivos de baixa produtividade agrícola em um contexto de níveis de estoque já baixos resultaram em uma situação de oferta preocupante nos mercados mundiais. A crescente preocupação com o potencial efeito das mudanças climáticas sobre as futuras disponibilidades de suprimentos de alimentos agravou mais ainda os medos acerca da segurança alimentar (FAO, 2008, p. 10-11).

3.5 Biocombustíveis

O mercado emergente de biocombustíveis é uma fonte significativa de demanda por algumas *commodities* agrícolas, como açúcar, milho, mandioca, sementes oleaginosas e óleo de palma. A demanda mais forte por essas *commodities* causou um aumento em seus preços nos mercados mundiais, o que, por sua vez, levou a preços mais altos dos alimentos. Embora a produção e o consumo de biocombustíveis sejam apoiados por políticas governamentais em vários países, os rápidos aumentos nos preços do petróleo bruto contribuíram ainda mais para a crescente demanda por *commodities* agrícolas para matéria-prima de biocombustível (FAO, 2008, p. 11). Segundo relatório da FAO, a produção de biocombustíveis utilizou cerca de 100 milhões de toneladas de cereais (4,7% da produção mundial de cereais) em 2007-2008 (FAO, 2008, p. 11).

Cabe ressaltar que existem outros fatores que merecem ser destacados. Um deles é o mercado de "*commodities*", que são produtos que podem ser estocados sem perder sua qualidade, como petróleo, café, soja, trigo. São produtos que funcionam como matéria-prima. Acontece que, sua negociação é baseada nas produções agropecuárias e extrativistas antes mesmo delas começarem a ser produzidas, o que afeta a lei da oferta e da demanda por produtos que serão ou são usados para a fabricação de outros. Outra linha de discussão, refere-se à questão das barreiras protecionistas impostas entre os países.

As barreiras são referentes à alta cobrança de impostos e a rigidez das leis ambientais sobre o processo de produção, circulação e consumo dos produtos alimentícios e de outros muitos importantes para a fabricação deles.

Diante do exposto, observa-se que são vários os fatores que podem culminar para insegurança alimentar devido alta dos preços dos alimentos.

Segundo relatório do Banco Mundial, de abril de 2008, no período entre 2006 e 2008, os preços dos alimentos básicos subiram substancialmente. Entre 2005 e 2007, o aumento foi de 80% no valor do milho, 70% para o trigo e 90% para leite (WORLD



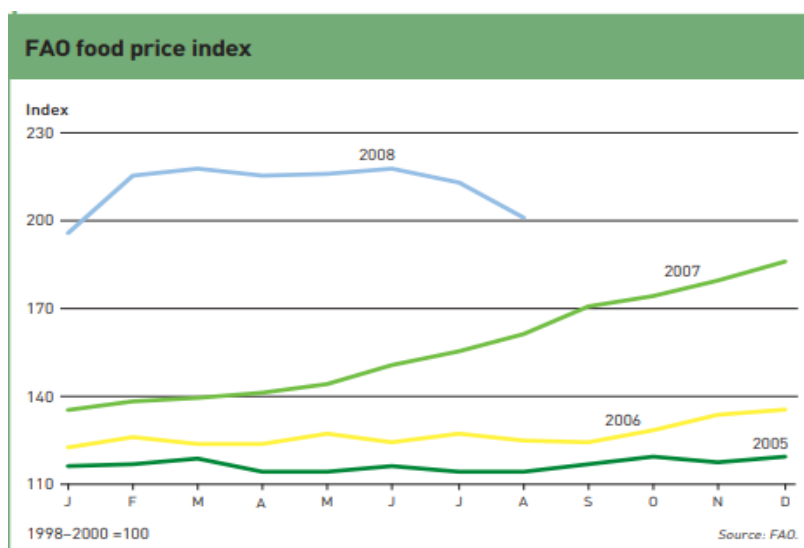
BANK, 2008, p. 3). Essa tendência trouxe graves consequências para os mais pobres, aumentando o número de pessoas com fome no mundo.

4. Discussão sobre a Crise Alimentar

No primeiro semestre do ano de 2008, o mundo presenciou uma alta substancial no preço dos alimentos. Grãos como milho, trigo, arroz e a soja quase que duplicaram seus preços no mercado internacional. O aumento foi de 80% no valor do milho, 70% para o trigo e 90% para leite (WORLD BANK, 2008, p. 3).

Os preços mais altos dos alimentos em 2007-2008 desencadearam um aumento da fome no mundo (FAO, 2008, p. 6). Estimativas da FAO, mostram que o número de pessoas cronicamente famintas em 2007 aumentou em 75 milhões acima da estimativa da FAO de 848 milhões de subnutridos em 2003-2005, com grande parte do aumento atribuído à alta dos preços dos alimentos (detalhes no Gráfico 1).

Gráfico 1 – Índice de preços dos alimentos



Fonte: FAO (2008, p. 6).

Isso trouxe o número de desnutridos no mundo para 923 milhões em 2007 (detalhes no Gráfico 2). Nele pode ser observado que o número de 923 milhões de pessoas desnutridas em 2007 passou a ser 80 milhões a mais do que em 1990-1992, o período base para a meta de redução da fome da WFS⁴, Cúpula Mundial da Alimentação, organizada pela FAO que visa a diminuição da fome para as pessoas no mundo.

⁴ Do original: World Food Summit. Líderes mundiais reuniram-se em Roma, em novembro de 1996, para a Cúpula Mundial da Alimentação, com o objetivo de renovar o compromisso global com a luta contra a fome. A FAO chamou a Cúpula em resposta à desnutrição generalizada e crescente preocupação com a capacidade da agricultura de atender às futuras necessidades alimentares.

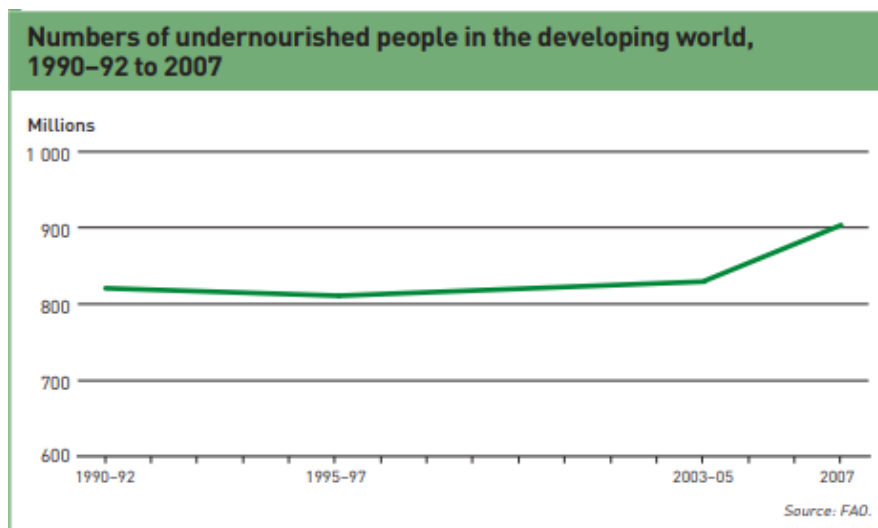


A FAO lidera os esforços internacionais de erradicação da fome e da insegurança alimentar. No Brasil, está presente desde 1949, apenas quatro anos após a criação da Organização, em 1945, e trabalha no combate à fome e à pobreza, promove o desenvolvimento agrícola, a melhoria da nutrição, a busca da segurança alimentar e o acesso de todas as pessoas, em todos os momentos, aos alimentos necessários para uma vida ativa e saudável.

O impacto da alta dos preços dos alimentos sobre a proporção de pessoas subnutridas é preocupante e, segundo relatório da FAO de 2008, houve um bom progresso na redução da parcela de pessoas famintas nos países subdesenvolvidos – de quase 20% em 1990-1992 (período base) para menos de 18% em 1995-1997 e pouco acima de 16% em 2003-2005. As estimativas da Organização mostram que o aumento dos preços dos alimentos colocou esse progresso em marcha ré, com a proporção de pessoas subnutridas em todo o mundo voltando para 17% (FAO, 2008, p. 6).

Assim, em meio ao crescente aumento dos preços dos alimentos em 2007-2008, o progresso no sentido de alcançar as metas de redução da fome acordadas internacionalmente sofreu um sério revés em termos tanto do número de subnutridos quanto da prevalência da fome (FAO, 2008, p. 6-7).

Gráfico 2 – Número de pessoas desnutridas nos países subdesenvolvidos



Fonte: FAO (2008, p. 6).

4.1 Segurança alimentar no Brasil

Algumas ações da FAO no Brasil, desenvolvidas em parceria com programas brasileiros, podem ser citadas como exemplo. É o caso do apoio ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em parceria com o Ministério



do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁵. Programas como o PRONAF, são exemplos de como um país pode ajudar em nível nacional sua produção de pequena e média escala que, voltada para o mercado interno, é um importante *player* no cenário da situação de insegurança alimentar (MINISTÉRIO de Desenvolvimento Agrário, 2018a).

O PRONAF, criado em 1995, tem como objetivo o fornecimento de crédito para assentados da reforma agrária e para agricultura familiar em geral. A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda (MINISTÉRIO de Desenvolvimento Agrário, 2018b). Um dos instrumentos mais importantes do PRONAF é o Seguro da Agricultura Familiar (Senaf) que protege os agricultores familiares contra eventos climáticos críticos, como excesso de chuvas, secas, variação excessiva de temperatura e ventos fortes (MINISTÉRIO de Desenvolvimento Agrário, 2018c).

Outro programa do governo brasileiro que pode ser citado como exemplo de ação para amenizar a condição da população mais vulnerável à alta dos preços dos alimentos, por exemplo, é o Bolsa Família. Cerca de um quarto da população do Brasil recebe pagamentos diretos do governo brasileiro através do programa Bolsa Família, um programa social que busca garantir às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza o direito à alimentação, por exemplo. As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa. As famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por pessoa. As famílias pobres participam do programa, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. Este programa tem um efeito positivo na vida e na alimentação das pessoas (BRASIL, 2011).

Diante dos esforços promovidos pela FAO, em parceria com programas brasileiros, o Brasil trabalha para aliviar as condições das pessoas menos favorecidas. Dessa forma, fica evidente que essas políticas, enquanto provedoras da segurança alimentar, têm reconhecimento internacional e que, por isso, merecem ser tratadas como prioritárias.

Solo, água e outros recursos necessários para produzir alimentos estão presentes em quase todos os países do mundo e são suficientes para prover a alimentação da sua população. Além disso, já existe na maior parte dos países o conhecimento e as variedades de cultivo, de modo que, se for fornecida aos agricultores uma assistência adequada, estes poderão conseguir boas colheitas.

O crescimento agrícola pode afetar o nível de bem-estar de uma população mediante a possibilidade de elevação da oferta de alimentos, com reflexo em menores preços e na qualidade da dieta das pessoas. A produção de quantidades suficientes de alimentos dentro das fronteiras de cada país – por pequenos agricultores trabalhando em cooperativas ou por sua própria conta e usando técnicas sustentáveis – é a melhor maneira de combater a insegurança alimentar. Só assim a população pode ser protegida, pelo menos parcialmente, das flutuações de preços no mercado interno. Evidentemente,

⁵ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.



que isso implica, também, em não retirar terras destinadas à produção alimentar para produzir cereais, por exemplo, para os mercados de biocombustíveis. Isso porque a produção e uso de biocombustíveis pode afetar a produção e o preço dos alimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação adequada é um direito humano básico (Assembleia Geral da ONU, 1948) e as pessoas mais vulneráveis aos choques dos preços dos alimentos precisam ser protegidas imediatamente da perda de poder de compra causada pelo aumento dos preços dos alimentos (FAO, 2008, p. 41). Essa proteção não apenas salva vidas, mas também pode fortalecer os meios de subsistência e promover o desenvolvimento a longo prazo. Redes de segurança e proteção social podem prevenir e reduzir a desnutrição que tem consequências para a vida toda. Meios de subsistência mais seguros impedem a venda de bens, permitem investimentos em educação e saúde e impedem que as famílias caiam na armadilha da pobreza (FAO, 2008, p. 41).

Segundo relatório da FAO, “rede de segurança” é um termo genérico para vários tipos de programas destinados a ajudar grupos populacionais vulneráveis. Eles incluem programas de distribuição de alimentos, esquemas de transferência de renda, vários programas de alimentação e esquemas de emprego. Muitos países têm um ou mais programas de rede de segurança, com diferentes graus de cobertura (FAO, 2008, p. 41). No Brasil, o já citado PRONAF é um exemplo da referida rede de segurança.

Além disso, há formas conhecidas para acabar com a fome – incluindo medidas de emergência para combater a insegurança alimentar, como a agricultura urbana, onde pequenos espaços produtivos localizados nas cidades, como quintais, terrenos baldios, jardins, são utilizados para produzir hortaliças, plantas medicinais e, em alguns casos, esses lugares não apenas servem para produção, mas para processamento e comercialização de alimentos, as reformas agrárias que incluem todo um sistema de apoio aos agricultores, e técnicas agrícolas sustentáveis que promovam a qualidade do ambiente.

A desigualdade socioeconômica dentro e entre os países afeta diretamente a disponibilidade de alimentos para as pessoas. Um sistema alimentar sustentável e seguro exige uma relação mais equilibrada entre os povos. No contexto da já citada Teoria da Dependência, organizações internacionais como a FAO, refletem o pensamento crítico e inovador dos países subdesenvolvidos, cuja população vive em situação de insegurança alimentar. Essas organizações, em trabalho com o Estado, lutam por interesses comuns que, no caso do referido trabalho, seria o de amenizar a situação crítica em que se encontra a população menos favorecida dessas regiões subdesenvolvidas.

A pobreza é a maior causa de insegurança alimentar. Um desenvolvimento sustentável, capaz de erradicá-la, é crucial para melhorar o acesso aos alimentos (FAO, 1996). Conflitos, terrorismo, corrupção e degradação do meio ambiente também contribuem significativamente para a insegurança alimentar. Esforços para aumentar a produção de alimentos, incluindo os alimentos de base, devem ser feitos. Para reforçar a



estabilidade social e impedir o êxodo rural, que muitos países enfrentam, deve-se considerar prioritária também a revitalização das zonas rurais (FAO, 1996).

Contudo, por ser um problema crônico e complexo, a fome não possui uma solução simples ou única. Ela deve ser combatida com um pacote de políticas públicas que atuem em diferentes áreas sociais, estimulando o desenvolvimento econômico e social. Além disso, cada país afetado pela insegurança alimentar deve ser estudado para que se entendam as reais raízes do problema, já que a fome tem diferentes causas. Parte importante é escutar a própria população afetada para compreender o significado de fome e pobreza na região e, assim, reunir esforços para um projeto completo e efetivo.

Portanto, é necessário investir em agricultura sustentável com o incentivo aos pequenos produtores, consumir mais produtos locais, melhorar a infraestrutura de armazenamento dos alimentos reduzindo, assim, o desperdício e melhorando os meios de transporte. Acabar com a pobreza e com a miséria extrema é deveras importante, mas o mais importante é dar condições para que as pessoas possam combatê-las por si mesmas pois, o agricultor familiar, por exemplo, sabe plantar, criar seus animais, mas quando não há incentivo à agricultura familiar, ele acaba indo para o contingente de marginalidade das grandes cidades. A partir do momento em que existe incentivo para as atividades no campo, os pequenos agricultores ficam em suas terras e produzem seus próprios alimentos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como Preparar Trabalhos para Cursos de Pós-Graduação**. São Paulo: Atlas, 1999.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da Pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. DECRETO Nº 7.447, DE 1º DE MARÇO DE 2011. **Aumento, valor, benefício, Bolsa Família**. Brasília, DF, mar 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7447.htm>. Acesso em: 23 jun. 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>.



DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. **A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o (Sub) desenvolvimento na América Latina**. 2014. 10f. Artigo de graduação – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

FAO. **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. Roma, 1996.

FAO. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2018**. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

FAO. **Food Insecurity in the World**. Relatório. Roma, 2008.
FAO Food Security Statistics. **Number of Undernourished Persons**. Disponível em: <http://www.fao.org/es/ess/faostat/foodsecurity/Files/NumberUndernourishment_en.xls>. Acesso em: 16 mar. 2019.

GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELOS, Marco A. S. de.; JÚNIOR, Rudnei T. **Economia Brasileira Contemporânea**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MADELEY, John. **O Comércio da Fome**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINISTÉRIO de Desenvolvimento Agrário. **Pronaf: o programa de democratização, inclusão, gestão e geração de renda da agricultura familiar**. 2018a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-o-programa-de-democratiza%C3%A7%C3%A3o-inclus%C3%A3o-gest%C3%A3o-e-gera%C3%A7%C3%A3o-de-renda-da-agricultura>>. Acesso em 22 jun. 2019.

MINISTÉRIO de Desenvolvimento Agrário. **O que é agricultura familiar**. 2018b. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

MINISTÉRIO de Desenvolvimento Agrário. **Selo Nacional da Agricultura Familiar (Senaf)**. 2018c. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-sipaf/sobre-o-programa>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

OLIVEIRA, Maria Odete de. **Paradigma da dependência**. Ijuí: Unijuí, 2000.

ONU. **World Population Prospects 2019: Highlights**. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_10KeyFindings.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

ONU. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/ 2008**. Relatório. Nova York, 2007.



PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

YUNUS, Muhammad. **Um Mundo sem Pobreza**. São Paulo: Ática, 2008.

WORLD Bank. **Rising Food Prices and Household Welfare: Evidence from Brazil in 2008**. Disponível em: <http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/Climate/Climate%20and%20Poverty%20Event/Food_prices_Brazil.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.